



1290003320



FE

TCC/UNICAMP AL151s

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

NADIA OKAMOTO ALBRECHT

O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA  
PEQUENA NO BRASIL.

CAMPINAS

2007

2007.53.209

Universidade Estadual de Campinas  
Faculdade de Educação

Nadia Okamoto Albrecht

O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA  
PEQUENA NO BRASIL.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Educação da  
UNICAMP, para a obtenção do título de  
Bacharel em Pedagogia, sob a orientação  
da Profa. Dra. Maria Cristina Menezes.

Campinas  
2007

UNIDADE:	F.C
Nº CHAMADA:	TCC/UNICAMP
	AL151s
V:	ES:
TOMBO:	3320
PROC.:	145107
C:	D: X
PREÇO:	
DATA:	22/11/07
Nº CPD:	418852

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Albrecht, Nadia Okamoto.  
AL151s O surgimento das instituições de atendimento à criança pequena no  
Brasil / Nadia Okamoto Albrecht. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientadores : Maria Cristina Menezes.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Instituição social . 2. Educação de crianças – História. 3. Educação  
Infantil – Brasil – História. I. Menezes, Maria Cristina. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

07-534-BFE

# FOLHA DE APROVAÇÃO

---

Orientadora: Maria Cristina Menezes

---

Segunda Leitora: Fernanda de Lucca Leme

---

# AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio; ao Marcelo, pela ajuda e pelas leituras; às amigas (Ana Lúcia, Camila, Karina e M. Carol) pelos maravilhosos anos na Faculdade.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o surgimento das instituições de atendimento à infância no Brasil, em especial a Casa dos Expostos, visando buscar na história da Educação Infantil fundamentos para uma reflexão.

Para que possamos compreender o surgimento das instituições de atendimento à criança pequena no Brasil e as conseqüências sociais do abandono, no entanto, faz-se necessário o levantamento de um panorama histórico mundial sobre o tema, bem como um levantamento sobre as concepções de infância historicamente construídas.

O abandono da criança no Brasil já era uma preocupação desde o período colonial. Já no século XVI eclesiásticos e administradores buscavam soluções para esse problema, causado, neste período, pelo contato entre colonizadores e indígenas. A partir do século XVII, o abandono de crianças passou a ocorrer também entre a população de origem portuguesa.

A primeira forma de auxílio a estas crianças funcionava da seguinte forma: quem encontrasse um recém-nascido ou o recebesse das mãos dos próprios pais da criança deveria acolhê-lo e batizá-lo. O criador ou criadeira passava a receber ajuda financeira.

Devido à baixa funcionalidade desta forma de atendimento, as Santas Casas implementaram uma nova forma de auxílio às crianças abandonadas: a Roda dos Expostos.

A Roda era uma forma de atendimento às crianças abandonadas que surgiu no antigo Egito e existiu em diversos países do mundo durante os séculos XVIII e XIX. Consistia em um cilindro que tinha um de seus lados abertos e girava em torno de um eixo vertical. As mães e pais colocavam o seu filho nesta abertura e giravam; do outro

lado, uma instituição recolhia a criança, preservando, assim o anonimato dos pais, ou de quem colocasse o bebê na Roda.

Tendo atendido milhares de crianças durante os anos em que foi utilizada no Brasil, a Roda dos Expostos, muito criticada pela alta mortalidade das crianças que ali ingressavam e pelas precárias condições em que eram criadas, teve sua definitiva abolição em 1934, na Bahia e, em 1938, no Rio de Janeiro.

A partir daí, a Casa dos Expostos passa a ter um caráter de creche, porque as crianças deixadas lá eram em sua maioria filhos legítimos e, posteriormente, crianças maiores que ficavam na Casa por tempo limitado.

# SUMÁRIO

1. Justificativa	07
2. Concepções de infância na Europa	10
3. Brasil	17
4. Roda dos Expostos	21
4.1. Breve histórico do abandono no Brasil	21
4.2. Mortalidade	33
4.3. Destino dos Expostos	40
4.4. Decadência da Roda dos Expostos	46
5. Outras instituições de atendimento: asilos, orfanatos e creches.	49
6. Considerações Finais	56
7. Bibliografia	59

## 1. Justificativa

Embora reconheçamos o valor das teorias, concepções e pesquisas sobre a Educação Infantil, a maioria dos profissionais da área têm acesso restrito a elas em sua formação, acesso este que não propicia uma maior reflexão sobre sua realidade, nem mesmo a possibilidade concreta de repensarem e (re)construírem teorias e concepções adequadas à sua prática e nas quais realmente acreditem.

Partindo desses apontamentos, o presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o surgimento das instituições de atendimento à infância no Brasil, em especial a Casa dos Expostos, visando buscar na história da Educação Infantil fundamentos para uma reflexão, uma vez que a educação é uma prática social que precisa de outras áreas do conhecimento para poder fundamentar o seu “fazer pedagógico”

O interesse pelo tema surgiu porque pude perceber nas práticas e nas falas de profissionais da Educação Infantil (professoras, monitoras e especialistas) e de pais que se utilizam dos serviços destas escolas, uma concepção predominantemente assistencialista acerca da função da escola; isso me instigou a pensar em suas origens: Como / onde surgiu esta concepção? Quem a influenciou? É resultado da experiência desses profissionais ou resquício da história das concepções sobre a infância e o atendimento à criança pequena?

Investigar estes aspectos para buscar respostas a estas perguntas, verificando como se deu o surgimento do atendimento à criança pequena no Brasil, quais suas origens, suas concepções e, com esta pesquisa, buscar as concepções acerca da infância que foram historicamente construídas, são formas

de tentar compreender as práticas nas escolas de Educação Infantil e refletir sobre minha própria prática através desta pesquisa.

“Saber por que a sala de aula que conhecemos é como é ajuda-nos a ver quais decisões foram tomadas no passado e que processos ocorreram para chegarmos a esta determinada configuração (...) ver porque esta opção triunfou e quais opções foram excluídas pode contribuir também para pensarmos outros caminhos para nossas práticas” (Dussel e Caruso. 2003, p. 36.)

Neste sentido, a pesquisa pretende recuperar o sentido histórico dos conceitos de infância e de família, as origens e funções das instituições de atendimento à criança e da creche e a história das políticas de atendimento às crianças pequenas, levando em conta os aspectos da genealogia, segundo a qual, conforme apontam Dussel e Caruso (2003), “os materiais históricos não são revisados com o interesse meramente erudito, e sim com o objetivo de compreender como se criaram as condições que configuram o presente”<sup>1</sup>

Algumas mudanças já ocorreram para que seja possível reavaliar esta concepção muito comum na Educação Infantil, mas poucas são as pesquisas que existem atualmente sobre o tema<sup>2</sup>. A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96), por exemplo, destinou uma seção especial às crianças de 0 a 6 anos; de acordo com

<sup>1</sup> Dussel e Caruso. 2003, p. 34.

<sup>2</sup> Produção científica sobre Educação Infantil entre os anos de 1983 e 1996, sendo que destes apenas 22 eram sobre história da Educação Infantil.

Ano	Periódico	Dissertações	Teses	Total	Ano	Periódico	Dissertações	Teses	Total
1983	0	13	0	13	1991	6	18	0	24
1984	20	12	1	34	1992	33	20	2	55
1985	6	8	0	14	1993	4	18	1	23
1986	9	9	1	19	1994	11	32	2	45
1987	8	7	1	16	1995	14	38	5	57
1988	17	23	0	40	1996	9	40	5	54
1989	3	7	1	11	Total	143	270	19	432
1990	3	24	0	27					

Fonte: Rech, Marlise Maria. “História e política da Educação Infantil na produção acadêmica no Brasil” Universidade Federal de Santa Catarina: \_\_\_\_\_.

o artigo 29 desta seção a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da Educação Básica. “Essa inclusão da educação infantil no sistema estabelece um marco na história da educação brasileira, pois até então sua existência era devida a programas criados para combater a pobreza e atuava de forma compensatória e assistencialista, agora ela passa a fazer parte do processo educativo. Educar, não só cuidar, é o grande desafio a ser enfrentado pelos professores da educação infantil.”<sup>3</sup>

“Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas.” (Brasil, 1998, p.17.)

---

<sup>3</sup> Cerisara. 1995, \_\_\_\_.

## 2. Concepções de infância na Europa

Para que seja possível compreendermos o surgimento das instituições de atendimento à criança pequena no Brasil faz-se necessário o levantamento de um panorama histórico mundial sobre o tema, bem como um levantamento sobre as concepções de infância historicamente construídas, uma vez que todo ideário brasileiro acerca da infância e da educação infantil sofreu grande influência principalmente da visão européia.

Os primeiros relatos a que se tem acesso sobre a concepção de infância vêm da Antigüidade. Em Roma, neste período, a vida da criança dependia totalmente do desejo do pai. O poder do *pater familias* era absoluto: um cidadão não tinha um filho, o *tomava*. Caso ele recusasse a criança, o que era bastante comum, ela era enjeitada e seu destino mais provável era a morte. Já na cultura germânica, não havia a prática do infanticídio, as próprias mães amamentavam seus filhos e as crianças eram educadas sem distinção de posição social. O destino da criança, no entanto, também dependia da vontade do pai. A criança aceita ficava aos cuidados dos parentes paternos e o destino dos bastardos, órfãos e abandonados era entregue aos parentes maternos, especialmente a tios e avós maternos.

Nestas duas sociedades da Antigüidade o status da criança era praticamente nulo e sua existência, como citado, totalmente dependente do pai: “se nascesse uma menina ou uma criança com problemas físicos ela poderia ser

enfeitada. Caso sobrevivesse, seu destino seria abastecer os prostíbulos e o sistema escravista”<sup>4</sup>.

A fusão destas duas tradições culturais deu origem à concepção de criança existente na Idade Média, que era a de que ela seria um pequeno adulto, que desempenhava as mesmas funções deste no trabalho. O importante neste período era que a criança crescesse rápido para poder exercer logo as funções de adulto.

Segundo Áries (1981) o apego à criança neste período não existia, pois esta era vista como substituível, até para que fosse mais fácil enfrentar sua perda, já que a mortalidade infantil era altíssima.

Já Kuhlmann (1998) afirma que o sentimento em relação à infância não era inexistente na Idade Média, ilustrando isso através do livro escrito pelos historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre Bidon “fartamente ilustrado com pinturas e objetos, arrolam-se os mais variados testemunhos da existência de um sentimento da especificidade da infância naquela época”<sup>5</sup>; e, juntamente com Fernandes (2004), aponta que “contrariamente às teses de Ariès, na Idade Média teve-se a percepção nítida da especificidade da infância. A criança era construída, em primeiro lugar pelo amor ou pela rejeição dos pais e aquele se manifesta no protagonismo da mãe durante o período da criação, acolhendo a criança rejeitando-a ou, eventualmente, praticando o infanticídio.”<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> De Cassagne. \_\_\_\_, p. 20.

<sup>5</sup> Kuhlmann. 1998, p. 22.

<sup>6</sup> Kuhlmann e Fernandes. 2004, p. 17.

Nesta mesma linha, Gélis (1990) afirma que “a indiferença medieval pela criança é uma fábula, pois havia a preocupação com a saúde das crianças por parte dos pais. Entretanto, há muitas evidências de uma profunda transformação das formas de pensamento, das atitudes em relação à vida e ao corpo, no âmbito da qual se desenvolve o sentimento moderno da infância, associado ao fato de a família nuclear substituir a linhagem e a comunidade.”<sup>7</sup>. Segundo o autor, pensa-se em ausência de sentimentos acerca da infância neste período pois eram diferentes dos sentimentos que nós possuímos hoje.

Sobre a família, não havia relação / função afetiva nela e, uma vez que seu papel era transmitir e perpetuar os valores e o patrimônio da família, estas eram bastante numerosas. A criança, desde pequena, já exercia papel de adulto, confundindo-se com ele em trajes e funções assim que superado o período de alto nível de mortalidade. Logo cedo, aos sete anos, a criança era entregue a outra família para que pudesse aprender os trabalhos domésticos e os valores humanos; tal costume não possibilitava a criação de vínculos entre pais e filhos. Somada a isso, a baixa expectativa de vida das crianças resultava na ausência de uma consideração especial para com a infância. Esta faixa etária não era vista como um tempo diferente, nem seu mundo como um espaço separado, também não havia traje especial para diferenciar adultos e crianças.

“a família não tinha função afetiva (...) isso não quer dizer que o amor estivesse sempre ausente: ao contrário, ele é muitas vezes reconhecível, em alguns casos, desde o noivado, mais geralmente depois do casamento, criado e alimentado pela vida em comum (...) O sentimento entre cônjuges, entre pais e filhos, não era

---

<sup>7</sup> Gélis. 1990, p. 328.

necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor" (Áries. 1981, p. 11.)

No século XIII, com o crescimento das cidades, a Igreja começou a perder seu poder para a burguesia. No século XVI, diversas descobertas científicas culminaram no prolongamento da vida da burguesia, que passou a reivindicar formas mais concretas de vida, como uma educação que lhes desse condições de dominar a natureza, não mais a educação dogmática da Igreja. Tanto Papado católico quanto império tiveram reações contrárias a essas inovações, pois elas significavam rejeição ao mundo feudal e, conseqüentemente, a todo seu ideário.

A instrução, neste contexto, passou a chamar a atenção dos que eram a favor da ordem vigente, que viam a educação religiosa como forma de mantê-la, e dos que queriam mudá-la, através de uma educação mais democrática, com modelos populares e modernos que permitissem ao homem lidar com os novos modos de produção.

É neste período que surgem os primeiros sentimentos, como possuímos hoje, acerca da infância: a paparicação e a moralização. No primeiro, a paparicação, a criança é vista como um ser inocente e divertido, servindo como meio de entreter os adultos; a criança é tida como fonte de distração. O "mimo", tão criticado na época por Montaigne e diversos educadores, não era, no entanto, sua única forma de expressão. A paparicação também era observada em situações de morte infantil: antes considerada inevitável, e até previsível, era agora recebida com muita dor e abatimento. É no século XVII, com a intensificação das críticas à paparicação por parte dos moralistas e educadores,

que as perspectivas e ações em relação à infância começam a se deslocar para o campo moral e psicológico, surgindo o segundo sentimento, a moralização, que se dá pelo apego à criança e à sua particularidade. “Tentava-se penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação”.<sup>8</sup> Embora esses dois sentimentos de infância tivessem origens diferentes, um provindo da família e o outro do meio eclesiástico e/ou intelectual, é possível perceber que a criança passa a assumir um papel central no meio familiar.

Devido a estes sentimentos e influenciadas pelas novas idéias surgidas com o Iluminismo e a Revolução Industrial, diversas mudanças no modo de entender a infância começaram a ocorrer: há o surgimento de uma concepção de que a infância é uma faixa etária diferenciada, com interesses e necessidades específicas; surge uma nova noção de família, a burguesa, que se centra não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo pequeno. Por isso, reduz-se o número de filhos com a finalidade de garantir uma melhor condição de vida à criança, o que acaba por estimular o afeto entre seus membros, devido à relação mais próxima que passam a viver. Essa afeição é demonstrada através da educação, ou seja, a criança não aprende mais fazendo, como na sociedade feudal, há, sim, um local específico para seu aprendizado, que agora é teórico e entre as crianças, não mais prático e com os adultos. A morte da criança nobre era vista com dor e pesar e guardavam-se retratos para torná-la imortal: agora é impossível perdê-la ou substituí-la sem grande dor. Outra mudança ocorreu em seus trajes, que passaram a ser diferentes das vestimentas dos adultos.

---

<sup>8</sup> Áries. 1981, p. 57.

Badinter (1985), no entanto aponta que foi necessária uma longa evolução para que o sentimento de infância realmente se arraigasse nas mentalidades. Prova disso são os pensamentos contrários a esta nova concepção de criança. Em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Badinter relata que na visão de muitos “logo que nasce, a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito, esmagado pelo peso do pecado original” e que “a infância é o mais forte testemunho de uma condenação lançada contra a totalidade dos homens, pois ele evidencia como a natureza corrompida se precipita para o mal”.<sup>9</sup>

Como já citado, surge a preocupação com a educação da criança neste período e a partir do fim do século XVII, segundo Felipe (1998), a escola começa a substituir a aprendizagem com os adultos; a criança deixa de ser misturada aos adultos e de aprender tudo diretamente com eles.

Com estas novas preocupações da sociedade burguesa, “a criança foi separada dos adultos e mantida à distância, numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou, então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até os nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização”.<sup>10</sup>

De acordo com Kuhlmann “a defesa da instituição escolar como o lugar da criança revestiu-se da ilusão de que a escola seria um meio para afastá-la da sociedade, foco da degeneração moral, de modo que, sob a condução de

---

<sup>9</sup> Badinter. 1985, p. 54-55.

<sup>10</sup> Áries. 1981, p. 11.

educadores incorruptíveis, ela fosse educada para uma vida social regida por valores opostos aos vigentes.”<sup>11</sup>

“Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (‘de adulto’) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguês ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura”. (Kramer. 1993, p. 19.)

---

<sup>11</sup> Kuhlmann. 2004, p. 23.

### 3. Brasil

No Brasil Colônia e Império há alguns “momentos históricos” que influenciaram, juntamente com as concepções européias, a formação das concepções de infância e educação. Um desses “momentos”, ou o primeiro deles, foi o trabalho realizado pelas escolas jesuíticas no Brasil.

Segundo Priore (1999), a formação da criança nas escolas jesuíticas acompanhava-se de certa preocupação pedagógica que tinha por objetivo transformá-la em um indivíduo responsável. Desde cedo a criança deveria ser valorizada através da aquisição de fundamentos da leitura e da escrita, bem como das bases da doutrina cristã para que lhe fosse possível ler a Bíblia. Pode-se afirmar que “os colégios dos jesuítas tinham dois objetivos fundamentais: por um lado, ensinar a ler e escrever aos meninos índios retirados de suas famílias e da cultura indígena; por outro lado, formar quadros para a própria Companhia de Jesus no Brasil.”<sup>12</sup> As exigências da educação, no entanto, não vinham apenas da Igreja: também era ensinado às crianças o comportamento esperado pela sociedade portuguesa dos jovens de ambos os sexos. “Na escola era feito uso de cartilhas de alfabetização e no ensino da religião. Tais cartilhas ensinavam a ler repetindo as sílabas de duas letras ou três letras; eram ensinados os nomes das cidades, depois ensinava-se a escrever o padre-nosso e as orações; depois os artigos, pronomes, advérbios.”<sup>13</sup>

Estas “escolas de ler e escrever” eram as que recebiam o maior número de filhos de colonos. De acordo com Silva (1998), em 1585, foram recebidos 70

---

<sup>12</sup> Silva. 1998, p. 219.

<sup>13</sup> Priore. 1999, p. 84.

meninos na Bahia, 40 em Pernambuco e 30 no Rio de Janeiro, além de outros que ingressavam nestas escolas para aulas de Gramática, de Humanidades e de Casos de Consciência.

O Brasil sofreu, em 1759, com a expulsão dos jesuítas que, em mais de dois séculos, educaram a mocidade brasileira e auxiliaram os portugueses a colonizar o Brasil, a destruição de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que fosse acompanhada de medidas imediatas bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão.

“Até a sua expulsão do Brasil em meados do séc. XVIII, os jesuítas concentraram em suas mãos o ensino daqueles que pretendiam seguir a carreira eclesiástica, e só com a reforma pombalina da instrução foram eles substituídos por mestres régios das Aulas de Ler e Escrever, Gramática Latina, Filosofia e Retórica, acrescentando-se em raros casos a aula de Grego.”  
(Silva. 1998, p. 220)

Este período entre os séculos XVI e XVIII coincide com as mudanças com relação à concepção de criança, que passa a ser vista como algo diferente do adulto; surge uma nova preocupação educativa que se traduzia em cuidados de ordem psicológica e pedagógica. Na educação oitocentista, após a expulsão da Companhia de Jesus e da extinção das escolas jesuíticas do Brasil, foi criada uma literatura voltada para crianças e adolescentes de cunho totalmente moralista e afirmava-se que a escola só poderia cumprir o seu papel se a educação doméstica cumprisse a sua finalidade: o estabelecimento dos princípios morais.

As escolas ofereciam ensino enciclopédico desde os sete anos e nestas a instrução dos meninos era ministrada por homens e a das meninas por mulheres, sendo que a primeira valorizava os atributos intelectuais e seu tempo de duração era maior (os meninos iam para a escola com sete anos e só terminavam com um diploma de doutor); já a segunda valorizava os atributos manuais e a instrução começava aos sete anos e terminava aos catorze anos, idade em que a menina se casava.

No Brasil escravista, a infância e a educação se diferenciavam não apenas pelo sexo, como citado acima, mas também pela cor. Enquanto a criança escrava sobrevivia com grande dificuldade, tendo de se adaptar ao ritmo do trabalho materno, já que as escravas negras voltavam para o trabalho apenas três dias após ter dado a luz; enquanto essa criança entre seis e doze anos já começa a fazer pequenas atividades como auxiliares, tais como limpar feijões e outros cereais destinados a alimentação dos escravos, cuidar de animais, e executar trabalhos domésticos, e a partir dos 12 anos era vista como adulto, tanto para o trabalho quanto para a vida sexual; a criança branca era entregue à ama-de-leite desde o nascimento até os seis anos, idade com que era iniciada nos primeiros estudos de língua, gramática, matemática e boas maneiras.

Buscando trazer um pouco mais de humanidade a essa atroz realidade das mães e crianças escravas, José Bonifácio elaborou um Projeto de Lei que previa que:

[A] "Escrava durante a prenhez e passado o 3o mez não será obrigada a serviços violentos e aturados; no 8o mez só será ocupada em casa, depois do parto terá um mez de convalescença,

e passo este durante um ano não trabalhará longe da cria." (Apud. Moncorvo Filho, 1926, p.80).

O projeto nunca foi colocado em prática e a condição de mães e filhos escravos não se alterou. Continuavam a exercer suas funções da mesma forma, chegando, inclusive, a serem separados, mãe e filho, quando essa era escolhida como ama-de-leite de uma criança branca. O destino de seu filho: a Roda dos Expostos.

Com a Abolição e a Proclamação da República, abrem-se portas para uma nova sociedade, impregnada com idéias capitalista e urbano-industrial. Neste período, o país era dominado pela intenção de determinados grupos de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto ao problema da criança. Eles tinham por objetivo

"... elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância." (idem. p.52).

Estas primeiras iniciativas voltadas para a criança tinham caráter higienista com a finalidade de combater o alto índice de mortalidade infantil, índice este atribuído aos nascimentos de filhos de escravas com senhores e à falta de condições física, moral e intelectual das mães.

## 4. Roda dos Expostos

### 4.1. Breve histórico do abandono no Brasil

O abandono da criança no Brasil já era uma preocupação desde o período colonial. Segundo Venâncio (1997) desde o século XVI eclesiásticos e administradores buscavam soluções para esse problema, causado, neste período, pelo contato entre colonizadores e indígenas, o qual gerou “uma multidão de órfãos desamparados”<sup>14</sup>, vítimas do abandono por terem suas tribos dizimadas pela peste, pela fome ou por conflitos com os brancos. Para atendê-los os jesuítas criaram os Colégios dos Meninos, instituições destinadas a acolher “indiozinhos sem pai”<sup>15</sup>.

A partir do século XVII, o abandono de crianças passou a ocorrer também entre a população de origem portuguesa. “Crianças deixadas nas portas das casas ou igrejas ficavam expostas ao frio, vento e chuva e também aos animais, causando grande comoção.”<sup>16</sup>.

A primeira forma de auxílio a estas crianças, denominadas “enjeitadas” ou “criança infeliz”, funcionava da seguinte forma: quem encontrasse um recém-nascido ou o recebesse das mãos dos próprios pais da criança deveria acolhê-lo e batizá-lo. Feito isso, o pároco responsável pelo batismo redigiria um documento que permitia a quem acolhera a criança se dirigir à Câmara e solicitar que a criança fosse registrada no Livro dos Expostos. Caso o enjeitado conseguisse ser matriculado, o criador ou criadeira passava a receber ajuda financeira da Câmara. O valor pago ao criador variava de tempos em tempos, mas dificilmente

---

<sup>14</sup> Venâncio. 1997, p. 189.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Arantes. 1995, p. 74.

alcançava valores altos, e podia ser pago de quatro formas, a ser escolhida pelo criador, que seriam o pagamento mensal, trimestral, anual ou ao final da criação, que ocorria com a morte da criança ou quando ela completasse três ou sete anos de idade. A Câmara cortava a ajuda financeira às crianças maiores de sete anos, pois esperava que “o longo período de convívio da criança junto dos criadores lhe garantisse a permanência no domicílio adotivo”<sup>17</sup>, o que nem sempre ocorria.

Devido à baixa funcionalidade desta forma de atendimento (a Câmara despendia verdadeiras fortunas com os pequenos desamparados, chegando a comprometer quase metade dos gastos orçamentários no pagamento de criadeiras e, além disso, tornou-se muito grande o número de crianças que eram deixadas nas calçadas, terrenos baldios e depósitos de lixo - crescimento este motivado pelo rápido desenvolvimento urbano - uma vez que o sistema adotado servia para dar abrigo aos enjeitados, mas não impedia que bebês continuassem a morrer nas ruas antes de serem encontrados), as Santas Casas implementaram uma nova forma de auxílio às crianças abandonadas: a Roda dos Expostos. Também conhecida como Casa dos Enjeitados, a Roda era uma forma de atendimento à infância abandonada que surgiu no antigo Egito e existiu em diversos países do mundo, como Itália, França, Espanha e Portugal, durante os séculos XVIII e XIX. Consistia em um cilindro que tinha um de seus lados abertos e girava em torno de um eixo vertical. As mães e pais colocavam o seu filho nesta abertura e giravam; do outro lado, uma instituição recolhia a criança, preservando, assim o anonimato dos pais, ou de quem colocasse o bebê na Roda.

”No Brasil, o acolhimento de órfãos através da Roda se estabelece no século XVIII e segue a tradição ibérica, segundo a qual caberia a Santa Casa de

<sup>17</sup> Venâncio. 1997, p. 191.

Misericórdia o monopólio da assistência à infância abandonada contando, todavia, com o auxílio da respectiva Câmara Municipal.”<sup>18</sup>, que, através de convênios, delegava a outras instituições os serviços de proteção às crianças expostas.

“O Rei parecia entender que a obrigação da criação dos expostos pertencia mais à Câmara do que à Misericórdia (...) Em 1726, D. João VI dirigiu uma carta ao vice-rei onde lemos: ‘a constituição desse clima conduz muito para a liberdade dos homens e para se continuarem nele a repetição dos vivos, procedendo deles haver grande número de crianças expostas, que sem piedade se lançam nas ruas, e muitas vezes em parte donde a voracidade dos animais as consome (...) declareis o números de enjeitados pouco mais ou menos, que podem anualmente entrar na Roda, e a despesa que se pode fazer com eles, e a quantia que para esse efeito se pode aplicar para ela do rendimento dos bens do concelho, porque segundo a lei a Câmara é que está obrigada a semelhante despêndio.” (Silva. 1998, p. 208-209.)

A primeira Santa Casa de Misericórdia a criar instituições de assistência às crianças abandonadas foi a de Salvador, em 1726, fundada pelo então vice-rei, graças aos recursos doados por um rico comerciante baiano chamado João de Mattos de Aguiar. Lá se estabeleceu uma Roda dos Expostos e um recolhimento para meninas órfãs e pobres. Uma segunda Roda foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, em 1738, fundada por Romão de Mattos Duarte. Segundo Venâncio (1999), Romão de Mattos Duarte via tanto o socorro particular quanto aquele promovido pela Câmara como insuficientes, e por isso doou fundos para a instalação da Roda dos Expostos na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. A terceira Roda foi criada no final do século XVIII, no Recife. Durante o

---

<sup>18</sup> Marcílio. 1997, p. 147.

período colonial, nenhuma outra Roda foi criada. A assistência às crianças abandonadas era feita pelas Santas Casas de Misericórdia, mesmo não havendo a Roda dos Expostos.

Após o período colonial foram criadas ainda as Rodas de São Paulo, instalada em dois de julho de 1825 na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que “destinava-se a recolher crianças abandonadas por mulheres em condição social definida e sem família para protegê-las”<sup>19</sup>, e de Minas Gerais, em 1831. Depois da Lei de 1828, que isenta a responsabilidade da Câmara para com os pequenos abandonados nas províncias onde houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que assumisse a tarefa, outras províncias do Império tiveram que criar Rodas, e em 1882 a Roda dos Expostos já existia em todas as províncias do território brasileiro. No entanto, segundo Felipe (1998), mesmo com todas estas Rodas o atendimento era precário e insuficiente, com locais inadequados e verbas e condições de higiene e saúde insuficientes, apesar de os vereadores terem sido autorizados a criar impostos com o objetivo de manter as famílias para que recebessem os desvalidos, auxílio este que também poderia ser destinado às Santas Casas para contratar amas-de-leite e pagar famílias que acolhessem enjeitados.

As crianças acolhidas pela Roda, no início de sua criação no Brasil, eram encaminhadas o mais rapidamente possível a outras famílias que recebiam ajuda financeira para sua criação, pois, segundo Venâncio (1999), este era o procedimento mais aconselhável já que as condições das instalações eram precárias.

---

<sup>19</sup> Felipe. 1998, p. 16.

“As crianças expostas criadas em casa de famílias tinham melhores condições de sobrevivência do que as das instituições (...) o fato de um exposto ter sido criado por uma família não significa que tenha sido mais bem tratado (...) não se deve esquecer que, na época, existia uma sociedade de senhores e escravos, marcada pela violência” (Marcílio. 1998, p. 138.)

Somente no decorrer do século XIX é que as instalações destinadas aos expostos terão melhores condições para acolhê-los.

A Roda dos Expostos recebia crianças de qualquer cor e classe social. A partir de 1775, as crianças escravas colocadas nas Rodas eram consideradas livres, ainda que nem sempre isso acontecesse. Por isso, ela era muito usada pelas escravas que utilizavam este mecanismo como forma de livrar seus filhos da escravidão; colocar seus filhos na Roda significava uma esperança. A Roda também era utilizada pelos proprietários de escravos que não queriam se responsabilizar pelos encargos da criação da prole, fosse ela de seus próprios filhos ou filhos de suas escrava. Algumas escravas eram encaminhadas às Santas Casas de Misericórdia pelos seus senhores para se inscreverem como amas-de-leite. Algumas vezes, um senhor mandava expor o filho de uma escrava na Roda, ao mesmo tempo em que mandava retirar uma outra criança para a escrava amamentar e cuidar. O senhor embolsava o pagamento que sua escrava recebia da Misericórdia pelo serviço de ama-de-leite e, mais tarde, mandava buscar seu filho já criado, um “escravinho” já proto para o trabalho pesado. Venâncio (1999), no entanto, afirma que estas não eram práticas muito comuns,

já que os filhos dos escravos podiam ser vendidos assim que nasciam, alternativa bem mais atraente financeiramente do que enjeitar a criança.

Depois do abandono efetuado e de a criança ter dado entrada na Roda, se ela tivesse sobrevivido, seria entregue para a criação. Venâncio (1999) afirma ser difícil estabelecer com certeza o perfil dos criadores, até porque em princípio não havia restrição alguma quanto à origem social ou étnica dos que acolhiam os enjeitados, mas os dados permitem que se diga que quase totalidade das criadeiras eram mulheres livres e que viviam sós (solteiras ou viúvas). Em 1758, na Roda da Bahia, 51% das amas-de-leite eram solteiras, 21% viúvas e apenas 28% eram casadas. A maioria das amas eram também mulheres pobres, que viviam em casebres de pouquíssima higiene. Algumas famílias criadeiras, no entanto, serviam-se até de amas-escravas para criar o enjeitado, o que demonstra não ser possível estabelecer um perfil preciso para definir as criadeiras e amas-de-leite.

Venâncio aponta que um dos motivos que levava os criadores a acolherem crianças abandonadas não era a ajuda financeira concedida pela Câmara, uma vez que o valor era parco, mas o lado religioso da ação, pois “para uma sociedade que herdara da religião européia a crença na danação das almas, principalmente dos que faleciam sem receber o sacramento do batismo, o abandono causava indignação e perplexidade”.<sup>20</sup> Muitos alegavam estar pagando promessas, outros diziam que acolher um enjeitado era uma demonstração de fé ou a melhor forma de conseguir a graça divina. Felipe (1998), no entanto, afirma que além desse lado religioso, passou-se a perceber as vantagens econômicas

---

<sup>20</sup> Venâncio. 1997, p. 190.

que a mão-de-obra gratuita do exposto poderia trazer a uma sociedade escravista.

Quanto ao ato do abandono, este era acobertado pela sociedade, principalmente quanto não colocava em risco a vida do bebê, e podia ser subdividido em duas categorias: o abandono “selvagem” e o abandono “civilizado”, classificados a partir do local da exposição da criança em locais ermos - o que exporia essas crianças à morte certa - ou em hospitais, conventos e domicílios.

O abandono era uma prática social comum, que estava incorporada às cidades coloniais; entre o fim do século XVIII e o fim do século XIX, de cada cem crianças nascidas livres, cerca de cinco foram expostas. No meio rural, camponeses e pescadores pobres e sem escravos, sobreviviam com o trabalho familiar. Para eles, as crianças auxiliavam muito desempenhando funções produtivas ou de apoio, como preparar alimentos, levar água para quem trabalha na lavoura, cuidar de animais domésticos, limpar e carpir a roça, dentre outros. Portanto, o abandono da criança acabaria por prejudicá-los: quanto maior o número de pessoas na família, mais braços para ajudar. Já nas cidades, a realidade dos pobres e miseráveis era outra, além de serem em maior número, o trabalho infantil era pouquíssimo valorizado. Portanto, ter uma criança significaria uma boca a mais para alimentar. Em Ubatuba (SP), por exemplo, a comunidade de camponeses e pescadores existente registrou, entre 1785 e 1830, 1.910 batismos, dos quais apenas 11 (0,6%) eram bebês expostos. No Rio de Janeiro, no mesmo período acima referido, 9.856 crianças foram abandonadas, sendo que em alguns anos isso representou cerca de 25% dos nascimentos na cidade. As

regiões que dispunham de maiores recursos econômicos, as que estavam melhor inseridas nas malhas do mercado internacional, eram as que apresentavam os mais elevados índices de crianças enjeitadas.

“Os filhos desta legião de miseráveis e desclassificados sociais constantemente conheciam o cruel caminho do abandono. Contudo, (...) mulheres brancas, até mesmo de boa estirpe, também enjeitavam os filhos. Nesses casos, o gesto resultava da condenação moral e familiar frente aos amores proibidos.”  
(Venâncio. 1997, p. 192.)

Nota-se que, quanto à cor, inicialmente, predominavam os expostos brancos e, depois de 1850, passam a predominar os mestiços e negros. Nas Rodas de Salvador e de São Paulo, a distribuição das crianças expostas, com relação à etnia, acompanhou as mudanças na composição da população da cidade.

“(...) se, no século XVIII, os enjeitados eram vistos como anjinhos que corriam o risco de falecer sem receber o sacramento batismal, no século seguinte, as mesmas crianças passaram a ser vistas como produto de raças degeneradas, filhos de mestiços e negros”  
(Venâncio. 1999, p. 50.)

A Roda nunca restringiu a sua ajuda a um único setor da população, crianças brancas, mestiças e negras, em maior ou menor medida, sempre foram acolhidas nos Hospitais da Misericórdia.

Quanto à idade dos expostos, quando deixados na Roda, em Salvador, nos anos de 1845-46, a média de idade era de 1,7 meses para os meninos e 2,9

meses para as meninas. A maioria as crianças deixadas na Roda, 69,6% dos meninos e 66,6% das meninas, era de recém-nascidos ou de bebês com poucos dias.

O principal meio de ingresso das crianças abandonadas na Casa dos Expostos era a Roda, mas havia diferentes formas de admissão dos pequenos abandonados. A exposição nas residências dos membros da Câmara e dos administradores dos hospitais era bastante comum; também os filhos nascidos de mães internadas nas enfermarias da Misericórdia podiam ser atendidos até que a mãe recuperasse plenamente sua saúde.

Segundo Arantes (1995), dentre as explicações correntes oferecidas pelos historiadores para o abandono de crianças no período Colonial e Imperial, destacam-se:

- proteger a honra das famílias, escondendo o fruto das uniões consideradas ilícitas ou adúlteras;
- a pobreza, que impedia diversos pais de sustentarem seus filhos;
- efeito das epidemias que, dizimando famílias, deixavam muitos órfãos;
- aspiração de que crianças mortas ou muito adoecidas fossem batizadas ou recebessem enterro decente e cristão;
- controle da natalidade ou do número ideal de filhos;
- esperança que tinham os escravos de que seus filhos, ao serem criados na Roda, fossem livres;
- alugar a escrava como ama-de-leite.

Sobre a primeira hipótese acerca do abandono levantada por Arantes, apesar de ser atribuído um grau de importância ao aspecto moral da geração de filhos ilegítimos, uma vez que “a mulher branca que assumisse o filho ilegítimo ficava sujeita a condenação moral”<sup>21</sup>, além de poder ser morta, junto com seu filho, por seus pai ou irmãos, e “reconhecer publicamente, por escrito, a paternidade de um filho bastardo consistia em ato constrangedor”<sup>22</sup> não se pode dizer que todos os milhares de enjeitados eram frutos de nascimentos ilegítimos. O comportamento feminino dentro dos padrões morais estabelecidos era permanentemente fiscalizado pela Igreja e pela comunidade e, neste sentido, a Roda dos Expostos procurava evitar os crimes morais, protegendo as mulheres brancas e solteiras dos escândalos, ao mesmo tempo em que oferecia alternativa à crueldade do infanticídio. Somente na cidade de São Paulo, entre 1750 e 1850, de 25% a 30% das crianças nascidas livres eram ilegítimas e 15% tinham sido expostas ao nascer. “No entanto, é necessário lembrar que a mãe solteira ou concubina acabou sendo aceita nas cidades e vilas do século XVIII.”<sup>23</sup> De acordo com Venâncio (1997) os censos baianos do século XIX indicavam que a cada três mães brancas uma havia tido filhos ilegítimos e o levantamento da população carioca de 1799 apontava aproximadamente oitocentas mulheres chefes de família.

A segunda interpretação, o abandono como resultado da miséria e indigência das mães, seja talvez a de maior ocorrência de todas. Do ponto de vista oficial, mães que enviam filhos a outra família ou à Roda pareciam insensíveis e egoístas. A realidade, porém, era outra; não se via no abandono

---

<sup>21</sup> Venâncio. 1997, p. 198.

<sup>22</sup> Idem, p. 199.

<sup>23</sup> Araújo. 1998, p. 15.

uma prova de falta de amor, mas sim um verdadeiro gesto de proteção e ternura, frente às enormes dificuldades materiais da mãe, que não poderia garantir um futuro promissor aos filhos. As famílias pobres resistiam à idéia de enviar o filho à Roda. Contudo, uma situação de desequilíbrio do núcleo doméstico causada pela pobreza não seria capaz de superar adversidades, e recorrer à Roda parecia a única solução possível.

Casos de abandono menos freqüentes eram aqueles resultantes da morte dos pais, causada pela insalubridade do meio urbano, pela maior densidade populacional, pela presença de muitos pobres mal alimentados e de estrangeiros portadores de doenças, e pela alta mortalidade de mães no parto, a ponto de ser comum as mulheres que estavam para dar a luz receberem a extrema-unção. Essas crianças eram levadas às Rodas pois não havia orfanatos para recém-nascidos no Brasil Colonial. Também pouco comuns eram os abandonos realizados como forma de controle de natalidade, solução para manter o número ideal de filhos; e os que serviam como uma opção às mães que tinham seus filhos acometidos por doenças repentinas, sem poder levá-los a hospitais, já que “durante o período colonial não existia serviço hospitalar pediátrico, a não ser o concedido pela Casa dos Expostos”<sup>24</sup>. Havia ainda as crianças que eram deixadas já moras na Roda, com a finalidade de que pudessem receber um enterro decente. Em Salvador, entre 1758 e 1762, 2,7% (11 crianças) dos enjeitados já estavam mortos ao entrar na Roda. Entre 1790 e 1796, foram depositados 51 bebês mortos, representando 8% dos abandonos na Roda. Na Roda do Rio de Janeiro, entre 1868 e 1872, foram registrados 3.283 óbitos de bebês, tendo sido 210 bebês deixados já mortos na Roda, isto é, 6,4%. Presumia-

---

<sup>24</sup> Venâncio. 1997, p. 200.

se que muitas crianças mortas deixadas na Roda dos Expostos seriam fruto de infanticídio.

Diversos eram os motivos que levavam as mães a abandonar seus filhos e também diversas eram as formas de ver o abandono. Para os administradores das Santas Casas, o abandono mostrava o índice de imoralidade dos povos e a falta do amor das mães. Eles viam o auxílio para as crianças abandonadas como um estímulo à indisciplina e à irresponsabilidade. Os médicos também tinham as mesmas opiniões, apesar de introduzir elementos como a carestia dos gêneros de primeiras necessidades, como motivos que levariam ao abandono. Já os pais que abandonavam seus filhos deixaram através de bilhetes que acompanhavam alguns dos expostos outra versão sobre o abandono. Nestes bilhetes, raramente os pais se preocupavam em justificar o abandono; o principal era indicar o nome da criança e se ela já havia recebido o sacramento do batizado. No entanto, segundo Venâncio (1999), muitos destes bilhetes poderiam corresponder apenas à reprodução de clichês de época, enquanto que outros seriam marcados pela espontaneidade.

No que diz respeito à legislação referente ao abandono, é importante lembrar que enjeitar o filho não constituía crime, nem implicava a perda da posse: as mães, caso quisessem, poderiam recuperar o filho deixado na Roda ou entregue a outra família. “O mesmo não se pode afirmar quando o assunto é infanticídio e aborto. Considerados criminosos, eram tomados também como práticas heréticas e demoníacas.”<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Idem, p. 204.

#### 4.2. *Mortalidade*

O abandono das crianças ocorria pelos mais diversos motivos, e o número de expostos chegava, em algumas Santas Casas de Misericórdia, a trezentas por ano. Muitas crianças eram deixadas na Roda dos Expostos já mortas, e a maioria não chegava a completar um ano sob a custódia da instituição.

Os índices de mortalidade dos enjeitados eram assustadores. Cerca de 70 a 80% dos enjeitados faleciam antes de completar sete anos de vida. Não era incomum nas Rodas dos Expostos a perda de 30% ou mais dos bebês só no primeiro mês de vida. Mais da metade morria antes de completar o primeiro ano de existência. Apenas de 20 a 30% dos que foram expostos nas Rodas chegaram à idade adulta.

Venâncio (1997) aponta que no período entre os anos de 1758 e 1762, o percentual de expostos mortos com idade entre zero e sete anos foi de 646 em mil; já entre os anos de 1781 e 1790, a mortalidade atingiu 687 em mil. De acordo com os dados fornecidos por Venâncio (1999), nos anos posteriores à Independência estes números foram ainda maiores. De 3.630 expostos que entraram na década de 1830 na Roda de São Paulo, 71,8% morreram antes de completar três anos; em 1892, 61% das crianças morreram antes de completar um ano. No Rio de Janeiro, as mortes chegaram a 690 em mil na década de 1830, 653 em mil na década de 1840; em Salvador, chegaram a 712 em mil na década de 1860. “Mesmo as crianças escravas gozavam de perspectivas mais alentadoras do que as abandonadas. O percentual de mortalidade infanto-juvenil dos expostos oscilava entre 600 e 700 em mil; já o índice dos escravos atingia

valores da ordem de 500 em mil, enquanto entre os livres a respectiva fração girava em torno de 350 em mil”.<sup>26</sup>

Sobre o alto número de mortalidade dos expostos, várias são as causas apontadas para justificá-lo. Segundo Araújo (1998), muitos médicos consideravam as condições das Santas Casas e o descaso das criadeiras os verdadeiros motivos da morte em massa das crianças. Na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, por exemplo, as mortes dos enjeitados eram caudadas pelo reduzido número de acomodações para o grande número de crianças recebidas, pela falta de vigilância necessária, pelos surtos epidêmicos, pelo contato entre os doentes, o aleitamento coletivo, o desprezo às regras de asseio e a falta de equipamentos necessários à realização de algumas atividades físicas.

Venâncio (1999) amplia essa definição e atribui essas altíssimas taxas de mortalidade a diversos fatores. O primeiro seriam as experiências realizadas com o aleitamento artificial<sup>27</sup>, definido pelos médicos como a substituição do leite da mulher pelo leite de um animal – cabra, vaca ou jumenta –, que se dá para a criança por meio de uma mamadeira, de uma colher ou nas próprias mamas do animal. Alguns médicos atribuíam a morte aos pais das crianças: “filhos de maus pais, péssimas mães, geradores de humores podres, corruptos e de má índole”.<sup>28</sup> Outros acreditavam que os bebês já chegavam fragilizados às Rodas, pois vinham de muito longe, sofrendo privações de todo o tipo, sendo expostas ao frio

<sup>26</sup> Venâncio. 1997, p. 212.

<sup>27</sup> Na década de 1830 foi realizada uma experiência com o aleitamento artificial nas Misericórdias da Bahia e do Rio de Janeiro. Os administradores da Misericórdia baiana resolveram suspender a alimentação externa. Todos os enjeitados deveriam ser assistidos dentro da Casa da Roda por três ou quatro enfermeiras. Dois anos depois da experiência percebeu-se o seu fracasso. De setenta e cinco expostos atendidos nos anos de 1836 e 1837, sessenta e oito faleceram. No Rio de Janeiro, os administradores das Casas da Roda também aderiram ao aleitamento artificial, e verificaram seu fracasso apenas um ano depois: das 325 crianças que deram entrada na instituição em 1831, apenas 22 sobreviveram.

<sup>28</sup> Venâncio. 1997, p. 216.

da noite e ao calor excessivo do dia, por vezes depois de demoradas horas nas portas das igrejas ou residências até serem encontrados, e, quando amamentados por amas escravas, adquiririam outras doenças. O autor aponta ainda que alguns bebês morriam de fome, sede e frio. Além desses fatores, as instalações das Casas da Roda eram precárias, com condições sanitárias irregulares. A própria localização das Santas Casas, de acordo com os médicos da época, propiciaria que as crianças fossem mais facilmente afetadas por vírus ou bactérias oriundas dos aterros, pântanos e cemitérios das áreas circunvizinhas.

Fazendo um levantamento das pesquisas realizadas no século XIX, podemos chegar às doenças que mais causavam a morte das crianças expostas. “Segundo os médicos baianos, as moléstias que mais afetavam os abandonados decorriam de complicações do aparelho digestivo, da fraqueza congênita, tétanos, sarnas, aftas, convulsões, inflamações oriundas dos problemas de dentição ou da infecção do aparelho respiratório.”<sup>29</sup> Já no Rio de Janeiro, as doenças que mais acometiam os enjeitados eram sarnas, oftalmias purulentas, varíola, disenteria, sarampão e tubérculos mesentéricos (nome dado a inflamações e parasitas do aparelho digestivo), caquexia (alteração profunda das funções do organismo após moléstia grave) e diarréia. Na Roda do Recife, em 1876, as doenças que mais levaram expostos à morte foram as moléstias de caráter epidêmico, tais como oftalmias, varíola, parótides, erisipelas e febres diversas. Dos expostos deixados na Roda de Porto Alegre, no período de 1854 a 1880, 12% morreram de gastroenterite, 11% de diarréia e desinteria, 5,5% do mal-de-sete-dias, 3,4% de gastrite, 1,9% de tuberculose e 1,4% de varíola. Na Roda de São Paulo, da

---

<sup>29</sup> Venâncio. 1997, p. 214.

mesma forma, a causa mais freqüente da morte dos expostos foi a gastroenterite, seguida do sarampo, da coqueluche, de vermes, da sífilis, da broncopneumonia e da tuberculose.

Ainda de acordo com Venâncio (1997), não havia fiscalização regular para verificar os criadores e criadeiras nem as condições de criação dos expostos, assim como não havia nenhum tipo de auxílio institucional para a maioria destas crianças.

Além desses fatores, alguns médicos higienistas ainda relacionavam as mortes os perigos inerentes aos recém-nascidos, à privação do carinho maternal, à falta de desvelo, aos maus-tratos, privações e incômodos por que passavam antes de entrar na Roda e ao estado deplorável em que nela eram depositados. Também eram apontados por eles a má colocação da casa em que estavam os expostos, a acumulação de 50 a 70 pessoas na mesma casa, a moléstias que afetavam constantemente as crianças e a falta de alimento, por impossibilidade de se achar número suficiente de amas-de-leite.

Para a maioria dos médicos e das autoridades, no entanto, os principais responsáveis pelas mortes dos enjeitados eram as amas-de-leite mercenárias e os prédios e acomodações em que ficavam os expostos. As primeiras porque faziam seu trabalho sem amor e dedicação, pensando apenas no salário que iriam receber. Elas eram mulheres "ignorantes, cheias de doenças, fracas, vivendo em condições precárias e sem dar amor e atenção aos bebês sob sua proteção." <sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Venâncio. 1999, p. 275.

A explicação dada pelo Presidente da Província de Pernambuco, em 1873, para a alta mortalidade dos expostos da Roda de Recife era a de que o mal estava em confiar os bebês a amas mercenárias, dizendo que seria melhor, ao invés de pagar às 80 mulheres que serviam de amas-de-leite, promover a aquisição de vacas de leite em número suficiente, e com cuja sustentação se gastaria menos do que com as amas.

Já os prédios e acomodações nos quais ficavam os expostos eram apontados como causa da alta mortalidade dos enjeitados pois em quase todos os casos eles eram precários, impróprios, anti-higiênicos, mal ventilados, mal iluminados, úmidos e malcheirosos. Em 1878, um relatório elaborado pela Comissão de Vistoria, nomeada para avaliar as condições destas instituições, sobre a Roda de Santa Leopoldina de Niterói, afirma que "sente-se por quase todo o edifício, aliás bastante espaçoso, as exalações mefíticas das latrinas, situadas por baixo de um dos dormitórios"<sup>31</sup> e que suas roupas eram raramente lavadas, pois "o vestuário das expostas estava em inteira sujeira"<sup>32</sup>. Além disso, as moléstias contagiosas infestavam a instituição devido à falta de uma enfermaria para isolar as meninas infectadas com moléstias contagiosas, ficando as sãs juntas com as contaminadas. Algumas expostas dormiam no chão por falta de espaço para mais camas; a alimentação era mal distribuída entre as mesas, ficando algumas sem alimento. O quadro apresentado pela Comissão de Vistoria não se restringia à Casa de Santa Leopoldina de Niterói; era, pelo contrário, comum a maioria das Casas dos Expostos no Brasil.

---

<sup>31</sup> Rizzini. 1993, p. 78.

<sup>32</sup> Idem.

O abandono dessas crianças, gerou “emprego” a diversas criadeiras gananciosas que se utilizavam de técnicas de amamentação artificial, levando milhares de bebês à morte, o que gerou um índice de sobrevivência de apenas três ou quatro crianças para cada dez enjeitados criados em casas de família. “Também não eram raros os casos em que as criadeiras obrigavam as crianças à prestação de serviços: afazeres domésticos, tratamento de animais de pequeno porte, trabalho na roça.”<sup>33</sup>

Durante o século XVIII, médicos e administradores despenderam pouca atenção ao tema, no entanto, já existiam propostas que visavam combater as causas da mortalidade dessas crianças. No século XIX, com a implantação das faculdades e academias de medicina no Brasil, surgiram vários projetos destinados a combater as altas taxas de mortalidade dos expostos e modificar as condições de vida das crianças. Um exemplo da importância dada ao assunto, é o fato de a mortalidade dos expostos aparecer como tema de três das treze teses defendidas, que propunham mudanças em relação à criação enjeitados.

Em meados do século XIX, a questão da mortalidade infantil já era considerada como um problema maior de saúde pública e a ação escolhida para combatê-la foi, inicialmente, a adoção de medidas de higiene pública, dentre as quais podemos destacar a melhoria das instalações das Casas dos Expostos e programas em favor de uma melhor alimentação na primeira infância, uma vez que a “questão do leite” era vista como um problema e seu tratamento uma forma eficaz de combater a mortalidade.

---

<sup>33</sup> Araújo. 1998, p. 23.

Várias foram as propostas feitas visando a melhoria para o problema da alimentação dos enjeitados, dentre elas a melhoria do aleitamento por mamadeira – a falta de amas-de-leite nas Casas dos Expostos, aliada à consciência dos graves problemas que elas traziam para as crianças, levou os responsáveis dessas instituições a adotar a amamentação artificial –, que era uma pequena garrafa fechada por um pedaço de esponja fina, coberta por um pedaço de pano que se prende no gargalo da garrafa. Pelos seus inconvenientes, uma vez que vírus e bactérias proliferavam dentro da espuma e do pano utilizados como bico da mamadeira, substituíram a esponja por um bico feito de goma elástica ou marfim. No entanto, apesar de algumas mudanças propostas terem sido implantadas, os índices de mortalidade não diminuíram substancialmente.

### 4.3. Destino dos Expostos

A Roda dos Expostos destinava-se à proteção das crianças abandonadas. O destino reservado para os expostos que conseguiam escapar da morte era, inicialmente, restrito. “Até o três anos, período da vida a que chamavam de ‘criação’, eram cuidados, em quase totalidade, em casas de amas-de-leite mercenárias. Em seguida, aos sete anos (período dito de ‘educação’), essas crianças voltavam para a Casa dos Expostos, que buscava formas de colocá-las em casas de família.”<sup>34</sup>

Ao completar três anos de idade, o enjeitado poderia permanecer na casa da criadeira, voltar ao lar de origem ou ser entregue a uma família qualquer. No final do século XVIII surgem novas oportunidades às crianças deixadas na Roda. A partir deste momento, elas podem ser aceitas nos recolhimentos dos órfãos ou seminários ou, ainda, fazer parte da política de valorização do trabalho dos expostos, o que representava um perigo aos mestiços e negros, pois eles poderiam através desta política, tornarem-se presas dos mercadores de escravos.

Quanto à hipótese da volta das crianças para os pais, esta correspondia a uma pequena parcela. Segundo Venâncio (1997) mais de 80% das mães jamais recuperava o filho enjeitado, e o que mais contribuiu para este índice foi a grande mortalidade das crianças abandonadas na Roda. Em Salvador, no final do século XVIII, em cada seis crianças abandonadas que sobreviviam até os três anos de idade, apenas uma retornava ao lar de origem. Quem quisesse recuperar o filho, sendo pobre, ficava isento de pagamento; aos que possuíssem algum recurso, era solicitado o pagamento da criação.

---

<sup>34</sup> Marcílio. 1998, p. 144.

As amas-de-leite que criavam os enjeitados até completarem três anos de vida, eram mulheres pobres e em sua maioria sem nenhuma instrução. Elas “recebiam um pagamento pelos serviços prestados o que podia prolongar o período de permanência dos pequenos, caso a Casa tivesse condições de pagá-la durante esse tempo.”<sup>35</sup> Essa forma de atendimento às crianças enjeitadas, propiciava que diversos tipos de fraudes ocorressem. Era comum, por exemplo, que mães abandonassem seus bebês e logo em seguida se oferecessem como amas-de-leite para receberem o parco pagamento dado pela Câmara às criadeiras.

As Rodas dos Expostos amparavam, em princípio, as crianças nos seus sete primeiros anos de vida, sendo que nos três primeiros anos elas, na maioria dos casos, eram criadas por amas-de-leite. Por falta de recursos, a instituição procurava, assim que completados os sete anos, empregar os órfãos, caso não conseguissem ir morar em casa de alguma família. Os meninos iam para as Companhias de Marinheiros ou o Arsenal de Guerra, onde desempenhavam função de aprendizes. Nestes locais, no entanto, estas crianças e adolescentes conviviam com presos e degredados. Era uma “brusca inserção no mundo do trabalho”<sup>36</sup> Com relação às meninas, estas trabalhavam como domésticas em casas de família.

Outro possível destino para esses meninos e meninas eram os conventos, os recolhimentos e os seminários. Os recolhimentos diferiam dos conventos

---

<sup>35</sup> Marcílio. 1997, p. 75.

<sup>36</sup> Idem. p. 77.

apenas por não terem o objetivo de formarem freiras, e sim de dar às meninas uma “educação voltada para o casamento e para a manutenção da virtude”<sup>37</sup>.

O primeiro Recolhimento foi criado em 1708, sendo chamado de Casa das Recolhidas. Inicialmente, seu atendimento destinava-se ao abrigo de donzelas de famílias luso-brasileiras e de meninas cuja virgindade pudesse estar em perigo. No entanto, acabou-se por admitir meninas que, até então, vinham sendo criadas na Casa dos Expostos, o que acabou por torná-la uma extensão da Roda, no caso das meninas, por algum tempo.

Em 1739 foi criado no Rio de Janeiro o Recolhimento das meninas órfãs, este sim destinado apenas às meninas abandonadas na Roda, que funcionava junto à Casa dos Expostos. Segundo Felipe (1998), o objetivo desta instituição era preparar mães de família ou empregadas domésticas bem treinadas, pessoas submissas, sujeitas a regras e ordens.

Na Bahia, o primeiro Recolhimento destinado apenas às meninas expostas da Misericórdia foi proposto em 1799, quando grandes comerciantes de Salvador apresentaram ao Rei um plano para sanar os problemas das crianças desamparadas que vagavam pelas ruas da cidade, uma vez que estas não eram mais acolhidas pela Casa das Recolhidas. Este plano consistia na abertura de um colégio para meninos desvalidos e um Recolhimento para as expostas. Em 1801 apareceram os primeiros registros de expostas da Roda encaminhadas para este Recolhimento.

Quanto aos meninos, entre os 13 e os 18 anos eles deveriam receber um salário das famílias que lhes permitissem trabalhar. Os que fossem devolvidos à

---

<sup>37</sup> Felipe. 1998, p. 21.

Casa da Roda por mau comportamento ou que não conseguissem trabalho seriam transferidos para o Arsenal de Guerra, para a Escola de Aprendiz de Marinheiros, fundada em 1873, ou para as Oficinas do Estado. Havia, ainda, a possibilidade de serem aceitos nos seminários, o que constituía, segundo Venâncio (1999), numa chance extraordinária para os abandonados, pois se acreditava que o sacerdócio os purificava socialmente.

Nas Rodas de Expostos e nos Recolhimentos, até as primeiras décadas do século XIX, as crianças não recebiam nenhum tipo de instrução sistemática. Estas instituições funcionavam apenas como abrigo, não realizando nenhuma atividade educacional, profissionalizante ou religiosa.

Apenas em 1829 é implantada uma escola de primeiras letras no Recolhimento da Misericórdia da Bahia e posteriormente outras, em outras Casas dos Expostos. Os enjeitados passam, então, a ter uma alternativa. As meninas podiam aprender costura e fiação, enquanto os meninos poderiam tornar-se ferreiros, louceiros, seleiros, entalhadores, latoeiros, pintores, ourives e marceneiros.

No final do século XIX o ensino de 1º e 2º grau e o Curso Normal eram oferecidos às recolhidas. "Considera-se que não era conveniente dar às meninas desvalidas uma educação cultivada, uma cultura de espírito superior à sua posição social, pois ela poderia despertar aspirações que não poderão ser facilmente realizadas."<sup>38</sup>

A introdução da criança exposta no trabalho doméstico ou em outros tipos de serviço era uma opção aos enjeitados, como já citado, e servia como forma de

---

<sup>38</sup> Marcílio. 1998, p. 173.

a Santa Casa evitar que a ociosidade destes os levasse à vadiagem ou à prostituição. Em troca do trabalho, o qual poderiam realizar até os 14 anos de idade, teriam sustento e moradia. Estas práticas e leis que estimulavam a permanência dos expostos junto das famílias adotivas, no entanto, serviam como forma de encobrir a escravização. “Afim, tal e qual os cativos, os expostos trabalhavam em troca de comida e abrigo.”<sup>39</sup>. As crianças negras ou pardas sem família acabavam sendo alvo de negociatas, eram vendidas, trocadas ou dadas de presente.

Os administradores da assistência lutaram contra a escravização de enjeitados, a Câmara promulgou a Lei nº 483 de dois de setembro de 1847, que determinava que a entrega da criança estaria condicionada à perfilhação da mesma, mas mesmo com estas mudanças, a escravização das crianças abandonadas não foi evitada. Apesar das severas punições previstas em lei, algumas criadeiras mantinham as crianças em cativeiro e outras chegavam a anunciar a venda dos expostos nos jornais.

Uma outra face do destino dos expostos foi analisada por diversos autores, destacando-se entre eles Maria Beatriz Nizza da Silva. Em seu livro *História da Família no Brasil Colonial*, a autora descreve diversos casos de apadrinhamento ou compadrio dos expostos, que eram encarados como uma forma de adoção popular. A partir das análises feitas por Silva (1998) e por outros autores, fica claro que, em inúmeros casos, criadores e criadeiras integravam a criança enjeitada à sua família através do parentesco espiritual. Essa situação, de acordo com Venâncio (1999), foi originada pelos próprios mecanismos de adoção legal,

---

<sup>39</sup> Venâncio. 1999, p. 190.

uma vez que os empecilhos colocados àqueles que queriam adotar o enjeitado eram tantos que mais pareceriam regras de não-adoção.

O compadrio ocorria principalmente por ocasião da morte de um filho legítimo. O costume da "substituição" deste filho era acompanhado pela incidência do compadrio na maioria dos casos; o apadrinhamento servia como um substituto à complicadíssima e burocrática adoção legal. No Rio de Janeiro, por exemplo, entre 1768 e 1796, cerca de 20% dos enjeitados da paróquia de São José foram integrados à família criadeira, em algumas áreas rurais esse número chegou a atingir 45%.

Silva (1998) aponta que apesar de ser comum o compadrio dos expostos, estes "nada herdavam das pessoas que os tinham recolhido"<sup>40</sup>. Em raríssimos casos recebiam alguns poucos bens, tais como "um catre com colchão e roupa de cama, e uma caixa de pau" ou então "um escravo crioulo a uma enjeitada já então casada"<sup>41</sup>

Apesar de alguns enjeitados terem a sorte de permanecer na residência da criadeira mesmo depois de completados os sete anos de vida, para a maioria o destino era outro, e a comemoração do sétimo aniversário tornava-se motivo de angústia, pois significava o reingresso no círculo do abandono, indo morar em arsenais, seminários, recolhimentos, ou sendo encaminhados ao trabalho pesado na construção de estradas de ferro.

---

<sup>40</sup> Silva. 1998, p. 218.

<sup>41</sup> Idem.

#### 4.4. *Decadência da Roda dos Expostos*

Com a promulgação da Lei dos Municípios, em 1828, que isentava as Câmaras da responsabilidade para com os enjeitados nas províncias onde houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que assumisse a tarefa, inicia-se uma das etapas do processo de transformação do caráter caritativo da assistência – que tinha como principal característica o sentimento de fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão de mudanças sócias e propagadora de comportamentos conformistas, de inspiração religiosa, tendo sua atuação caracterizada pelo imediatismo e pela esperanças na salvação de suas almas e no reconhecimento da sociedade – para uma perspectiva mais filantrópica, com maior intervenção do Estado.

Essas mudanças ocorreram porque durante o século XIX “com o avanço do liberalismo e da secularização da sociedade brasileira, o espírito de caridade da época colonial (...) foi diminuindo. As obras de beneficência começaram, então, a ser concebidas de acordo com o espírito de uma filantropia cada vez mais pública”<sup>42</sup>

É também durante o século XIX que a medicina social ganha maior poder político perante a sociedade, através da crescente intervenção dos higienistas com suas inúmeras críticas à estrutura urbana e moral. Com relação à Casa dos Expostos, suas críticas centravam-se nas altas taxas de mortalidade e no sistema de amas-de-leite, “contando com o poder jurídico, que já esboçava outros meios de intervenção, mais corretiva e moralizante. Inicia-se então uma fase filantrópica

---

<sup>42</sup> Marcílio. 1998, p. 20.

assistencialista que pensa a educação "moralizante" das crianças como meio fundamental de torná-las úteis e de resguardar a própria sociedade."<sup>43</sup>

Na verdade, ocorria a mescla de características da filantropia e da caridade, uma vez que a sobrevivência das Rodas dos Expostos, por exemplo, dependeu durante muito tempo da "generosidade e da caridade cristã de inúmeras famílias"<sup>44</sup>, ao mesmo tempo em que "as estratégias filantrópicas de prevenção da desordem"<sup>45</sup> foram se instalando.

O declínio das Rodas dos Expostos, e com elas das formas tradicionais de auxílio à infância, teve início na segunda metade do século XIX, pois as novas instituições de atendimento à criança (clínicas pediátricas, orfanatos) que surgiram neste período ofereciam outras oportunidades ao enfeitamento de crianças pequenas,

A análise das matrículas por décadas, feita por Venâncio (1999), mostra o declínio do número de expostos, principalmente a partir da década de 1870. Esta diminuição não foi provocada apenas pelas mudanças de natureza econômica ou demográfica, mas principalmente por mudanças de mentalidade que ocorreram no período. Prova disso, é a baixa freqüência com que as famílias brancas passaram a recorrer às Santas Casas de Misericórdia; depois da década de 1870, menos de 10% das crianças assistidas pelas Casas dos Expostos eram brancas. Estas instituições, vistas agora como berço das "raças inferiores", passaram a ser abrigo para as crianças negras e pardas.

---

<sup>43</sup> Marcílio. 1997, p. 134.

<sup>44</sup> Venâncio. 1999, p. 63.

<sup>45</sup> Marcílio. 1997, p. 134.

Com a Lei do Ventre Livre, em 1871, a quantidade de crianças negras colocadas nas Rodas cai, uma vez que os filhos de escravos já nasciam livres, sem a necessidade de fazer uso da exposição da criança para alcançar tal feito. Isso acaba por transformar os filhos de escravas em potenciais menores abandonados, já que seus pais não alcançavam a liberdade como eles.

Uma profunda mudança de caráter da Roda dos Expostos ocorreu entre os séculos XIX e XX. Seus dois pilares foram duramente atacados pela sociedade. O sistema de amas-de-leite mercenárias, acusado de ser a principal causa da alta taxa de mortalidade dos expostos, foi abolida; e a entrada das crianças através da Roda, que permitia o anonimato de quem as abandonasse, foi sendo substituída pelo sistema de escritórios de admissão aberta, possibilitando conhecer os pais, ou pelo menos a mãe, da criança. Com essas mudanças, a continuação das Rodas dos Expostos tornou-se desnecessária. A partir de 1906, por exemplo, as Casas dos Expostos passam a atender, além das poucas crianças ainda deixadas na Roda, "crianças provenientes da polícia, do juizado de órfãos ou abandonadas nas enfermarias da Santa Casa"<sup>46</sup>.

O processo de desativação iniciou-se em 1927, com a condenação do uso das Rodas para abandonar crianças. Sua definitiva abolição ocorreu em 1938, no Rio, e em 1934, na Bahia.

A partir daí, a Casa dos Expostos passa a ter um caráter de creche, porque as crianças deixadas lá eram em sua maioria filhos legítimos e, posteriormente, crianças maiores que ficavam na Casa por tempo limitado.

---

<sup>46</sup> Kishimoto. 1988, p. 49.

## 5. Outras instituições de atendimento à criança: asilos, orfanatos e creches.

As instituições pré-escolares constituíram-se em toda Europa durante o século XIX, como reflexo das grandes transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram a partir do século XVIII, indo contra as formas de atendimento à infância vigentes, como as Rodas dos Expostos e os internatos.

A creche, criação francesa, nasce como solução para os cuidados da criança, devido ao trabalho feminino, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil, além de servir como guardiã de crianças órfãs e filhas de trabalhadores, tendo recebido grande aceitação. A disseminação das instituições pré-escolares pesava por sua necessidade, pois o trabalho feminino fora de casa era um fato inevitável e desta forma poder-se-ia conciliar o papel de mãe e as novas condições sociais da mulher.

No Brasil, a assistência à infância no período do Império ainda era do tipo colonial, ou seja, baseada no atendimento realizado pelas Casas dos Expostos. Apenas no período Republicano se desenvolveu a preocupação com a criação de novas instituições. Pode-se afirmar que, no Brasil, o surgimento das creches foi um pouco diferente do restante do mundo. Enquanto na Europa a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas.

Grande parte dessas novas instituições de atendimento à infância nasceu com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda, visando combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças.

Tais características foram durante muitos anos usadas como justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais, precariedade de instalações, formação insuficiente de seus profissionais e alto número de crianças por adulto.

O fato de estas instituições, principalmente as de atendimento às crianças pequenas, serem vistas como locais de atendimento apenas para famílias pobres, levou-as a atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. O atendimento prestado a essas famílias era entendido como “um favor oferecido para poucos, selecionados por critérios excludentes”<sup>47</sup>.

Neste período, devido às influências destas novas concepções, surgem vários tratados e manuais sobre a educação das crianças e de conselhos aos pais. Uma mostra disso é a criação do jornal “a Mãe de família”, lançado no Rio de Janeiro em 1879. O jornal trouxe as primeiras referências sobre a creche no Brasil, trazendo exemplos europeus, onde havia muitos países com creches, que seriam instituições destinadas à primeira infância com bons resultados já visíveis. Quando da publicação desta matéria, não havia muitas creches no Brasil, nem pensava-se em criá-las. A intenção era adaptar instituições mais antigas, como os internatos, às novas necessidades. Os internatos eram vistos como ideais para satisfazerem às necessidades das donas de casa, pois as crianças ali criadas, geralmente, eram “educadas” para serem criadas. Além disso, essas instituições eram usadas para fornecer soldados ou servidores ao Estado ou à famílias ricas. Nas instituições femininas havia a preocupação em preparar as crianças para o serviço doméstico e para o casamento. Nas instituições masculinas, a

---

<sup>47</sup> MEC. 1998, p. 11.

preocupação era preparar profissionais para o trabalho agrícola, artesanal ou para o serviço militar.

As instituições pré-escolares existentes no Brasil neste período eram de três tipos:

- . Asilos para órfãos, destinados às crianças sem pais;
- . Asilos para crianças expostas, destinados às crianças abandonadas na roda dos expostos;
- . Asilos de regeneração, para delinqüentes.

Não havia, no entanto, na prática, uma divisão exata. Os asilos aceitavam qualquer tipo de criança em seus prédios, cujas características marcantes eram ser como quartéis, com paredes que favoreciam o isolamento da criança, com uniformização tanto nos trajes quanto no espírito, além de propiciarem comportamento tímido e retraído. A falta de socialização, o isolamento, a falta de apoio ou estímulo gera, nestes locais, o aparecimento da "síndrome do asilado"<sup>48</sup>. Este tipo de asilo prevalece no Brasil até 1940.

"Entre nós, os asilos para menores são, na sua maioria, do tipo já universalmente conhecido como o do quartel (...) destinam-se a abrigar grande quantidade de crianças, medindo-se sua eficiência pelo maior número de assistidos. Daí grandes dormitórios com 40 ou 50 leitos, o único e enorme refeitório, os longos corredores" (Kfourí. 1940, p. 23.)

---

<sup>48</sup> Spitz. 1940, p. 75.

Nos congressos sobre assistência à infância, no entanto, era freqüente a recomendação da criação de creches junto às indústrias, além de tratarem sobre a necessidade de regulamentação das relações de trabalho, principalmente o feminino.

Após diversos esforços e cobranças, a primeira creche brasileira foi criada em São Paulo, em 1877 e a primeira creche industrial brasileira foi fundada em 1899, no Rio de Janeiro. O surgimento das creches no Brasil veio com a finalidade de atender aos filhos de mães que trabalhavam nas indústrias e aos filhos de domésticas. O fato de que as creches e asilos tenham sido concebidos para atender à população pobre, levou a uma análise das mesmas como não sendo de caráter educacional, estando voltadas apenas para a assistência.

Até meados do século XIX, as creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Só no final deste século, uma nova função passa a ser atribuída à creche, mais relacionada à idéia de “educação” do que a de assistência; mantinha-se a função de compensar as deficiências das crianças, sua miséria, sua pobreza, a negligência de suas famílias, mas com outro enfoque. Com a elaboração de teorias de que estas crianças “sofriam” uma privação cultural, a crença na “pré-escola” como instituição capaz suprir as “carências” culturais, lingüísticas e afetivas destas crianças provenientes das classes populares ganha força. Vista dessa forma, a pré-escola, como função preparatória, resolveria o problema do fracasso escolar que afetava principalmente as crianças negras e filhas imigrantes.

Esta nova visão educacional sofreu grandes influências das concepções médico-higienistas durante as primeiras décadas do século, o que acabou por

encobrir a influência de outras concepções, como a religiosa e a política, tanto na assistência à infância como na sociedade. Também a filosofia iluminista interferiu na questão do atendimento à infância ao trazer idéias de igualdade e felicidade.

As instituições pré-escolares eram apresentadas, em âmbito mundial, como mais um meio de conformação e controle das classes trabalhadoras e a igreja, única instituição capaz de salvar a ordem social, também auxiliou no controle da classe trabalhadora. Isso porque existia uma concepção comum sobre as classes pobres e sobre as lutas de classe de estas representavam uma ameaça à ordem social, o que implicava na necessidade de controle desta população. Neste sentido, a creche foi pensada para educar não apenas as crianças, mas também as classes pobres, para “excitá-las à limpeza, facilitar-lhes os meios de trabalhar, inspirar-lhes respeito à religião, pelas instituições e leis do país, a não aborrecerem o rico, diminuir a miséria e o crime”<sup>49</sup>. A intenção era educar o pobre para proteger o rico.

Apesar de apresentar características predominantemente assistencialistas, são inúmeras as referências por parte daqueles que cuidavam das instituições pré-escolares, quanto à sua perspectiva educacional. Alves Mendes afirma em um de seus discursos que “esta é que é a verdadeira natureza, a missão da creche: sustentar o corpo e acipilhar o espírito da criança, dar pão e dar educação, distribuir alimento e luz, ser berço e ser escola”<sup>50</sup>. O arcebispo de Cambray, em 1846, em sua instrução pastoral defende que o objetivo das instituições pré-escolares “é recolher a primeira idade para preservá-la do isolamento, apoderar-se de suas faculdades à medida que se desenvolvam, se

---

<sup>49</sup> Moutinho. 1988, p. 48-49.

<sup>50</sup> Kuhlmann. 1990, p. 57.

sua memória, de sua imaginação, de toda sua alma, para enchê-la de santas imagens, de edificantes narrações, de ideais morais, de sentimentos virtuosos e doces e puros de afeto. A instrução se distribui ali a gota a gota sob a proteção das senhoras cristãs (...) por intermédio de lições adaptadas a sua débil capacidade e alternando com cantos e diversas evoluções que mantém desperta a sua imaginação sem cansá-la, a criança aprende quase sempre sem perceber, como se estivesse jogando, os elementos da religião, os rudimentos do idioma e as primeiras noções de história, da geografia e da numeração (...) ai está uma escola infantil”<sup>51</sup>.

A análise das finalidades das instituições infantis no Estado de São Paulo, feita por Kuhlmann, permite concluir que os asilos infantis e as creches não fazem parte do sistema pré-escolar, pela ausência de preocupações educativas. Seus interesses eram apenas de abrigar e amparar crianças órfãs, abandonadas ou carentes, não havendo objetivos educativos como o desenvolvimento da criança e a sua socialização.

Quanto às instituições pré-escolares, em muitos casos o termo ‘pedagógico’ era usado apenas para atrair as famílias ricas para instituições privadas. Já nas instituições pré-escolares assistenciais, as preocupações educacionais eram voltadas à submissão das crianças das classes populares, sendo uma de suas funções separar as crianças dos meios que pudessem contaminá-las, ou seja, as instituições pré-escolares passaram a ser importantes para prevenir a criminalidade em meio às classes populares.

---

<sup>51</sup> Idem. p. 57-58.

Nascem as primeiras propostas de educação infantil no século XVII, baseadas na concepção da sociedade burguesa na qual a criança passa a ser alguém que precisa de cuidados, precisa ser escolarizada e preparada para uma atuação futura. Tal concepção nasce da idéia burguesa de que ela é fraca, incompetente e economicamente não produtiva.

A educação infantil era inicialmente apenas para os meninos. As meninas passam a ser escolarizadas somente a partir do século XVIII. O castigo corporal é usado nas escolas e em casa como forma de educação, pois a criança era considerada incompleta. Além disso, o castigo corporal legitimava o poder do adulto sobre a criança. Ainda no século XVIII, influenciada pelas mudanças sociais ocasionadas pela Revolução Industrial, são criadas as primeiras creches para mães que trabalhavam na indústria.

Já no século XIX cria-se o primário (para classes populares, de pequena duração, com o ensino prático para a formação de mão de obra), o secundário (para a burguesia e a aristocracia, de longa duração, para formar eruditos, pensantes e mandantes), e ao final do século XIX difunde-se o superior para a burguesia.

"As aspirações educacionais aumentam à proporção em que ele acredita que a escolaridade poderá representar maiores ganhos, o que provoca freqüentemente a inserção da criança no trabalho simultâneo à vida escolar (...) A educação tem um valor de investimento a médio ou longo prazo e o desenvolvimento da criança contribuirá futuramente para aumentar o capital familiar" (Kramer. 1992, p.23.)

## 6. Considerações Finais

Reflexo do acelerado crescimento das cidades, o abandono apresenta-se como “termômetro” das divergências e desigualdades sociais. O acolhimento das crianças enjeitadas torna-se uma necessidade social e religiosa que expunha os interesses dogmáticos da igreja, assim como a falta de subsídios estruturais a serem oferecidos pela Monarquia para o tratamento da questão.

O acolhimento de órfãos através da Roda dos Expostos se estabeleceu no Brasil no século XVIII. As crianças acolhidas pela Roda, neste período, eram encaminhadas o mais rapidamente possível a outras famílias que recebiam ajuda financeira para sua criação, procedimento este considerado o mais aconselhável já que as condições das instalações eram precárias. Somente no decorrer do século XIX é que as instalações destinadas aos expostos terão melhores condições para acolhê-los.

Isso se dava, pois o interesse religioso em minimizar o abandono e a conseqüente mortalidade infantil, ocorria prioritariamente pelos princípios cristãos de se evitar a “danação das almas” infantis. Assim, evitar a morte de uma criança representava evitar um pecado, ainda que o tratamento digno das mesmas em vida não tivesse a mesma consideração de valor.

Além disso, o abandono se dava por um contingente de motivos que evidenciava diferentes problemas sociais, como a fragilidade da própria estrutura social da época.

Dentre as explicações correntes para o abandono de crianças no período Colonial e Imperial, prática esta bastante comum - entre o fim do século XVIII e o fim do século XIX, de cada cem crianças nascidas livres, cerca de cinco foram expostas

-, destacam-se a proteção da honra das famílias, escondendo o fruto das uniões consideradas ilícitas ou adulterinas; a pobreza, que impedia diversos pais de sustentarem seus filhos; o efeito das epidemias que, dizimando famílias, deixavam muitos órfãos; a aspiração de que crianças mortas ou muito adoecidas fossem batizadas ou recebessem enterro decente e cristão; o controle da natalidade ou do número ideal de filhos; a esperança de que os filhos de escravos, ao serem criados na Roda, fossem livres e o aluguel de escravas como amas-de-leite.

Dessa forma, o abandono apresenta-se como uma grande mazela social que vai além dos interesses voluntários e passionais. É sim uma “ferida exposta” que revela os conflitos de uma sociedade em formação gerida por interesses diferentes. Mesmo assim, o caráter caritativo (ao contrário da desatenção do Estado) revela-se um dos grandes pilares a sustentar o conceito da Roda dos Expostos como estrutura de auxílio ao menor por tanto tempo.

Com a promulgação da Lei dos Municípios, em 1828, que isentava as Câmaras da responsabilidade para com os enjeitados nas províncias onde houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que assumisse a tarefa, inicia-se uma das etapas do processo de transformação do caráter caritativo da assistência para uma perspectiva mais filantrópica, com maior intervenção do Estado.

E aí se torna cada vez mais evidente as responsabilidades do Governo em relação ao tema. E a necessidade de reavaliar o conceito da Roda dos Expostos.

O declínio do conceito em questão, e com ele das formas tradicionais de auxílio à infância, teve início na segunda metade do século XIX, pois as novas instituições de atendimento à criança (clínicas pediátricas, orfanatos) que surgiram

neste período ofereciam outras oportunidades ao enjeitamento de crianças pequenas.

O processo de desativação iniciou-se em 1927, com a condenação do uso das Rodas para abandonar crianças. Sua definitiva abolição ocorreu em 1934, na Bahia e, em 1938, no Rio. A partir daí, a Casa dos Expostos passa a ter um caráter de creche, porque as crianças deixadas lá eram em sua maioria filhos legítimos e, posteriormente, crianças maiores que ficavam na Casa por tempo limitado.

Por este breve relato acerca da história da Roda dos Expostos, pode-se perceber sua importância social no período em que acolheu crianças de todas as classes e cores e que grande foi sua influência no que diz respeito à concepção assistencialista dentro da educação infantil.

## 7. Bibliografia

- ALMEIDA, Ordália Alves de Almeida. **A educação infantil na história. A história na educação infantil.** São Paulo: \_\_\_\_.
- ARANTES, Esther Maria de M. De “criança infeliz” a “menor irregular” - Vicissitudes na arte de governar a infância. Rostos de criança no Brasil. In: **A Arte de Governar Crianças.** Rio de Janeiro: Amais Editora, 1995.
- ARAÚJO, Renata Pedroso. **Ser mãe na Colônia: a condição da mulher sob o aspecto da maternidade irregular (séc. XVII e XVIII).** Rio de Janeiro: \_\_\_\_, 1998.
- ARIES, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Cadernos CEDES. Campinas: Papyrus/CEDES, nº 35, 1995.
- COMENIUS, Johan Amos. **Didática Magna.** Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DE CASSAGNE, Irene. **Valorização e educação da criança na Idade Média.** Buenos Aires: PUC-Buenos Aires, \_\_\_\_.

- DUSSEL, Inés e CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.
- FELIPPE, Fernanda Chagas Virigili. **O atendimento à criança pequena no Brasil: uma revisão bibliográfica (1800 – 1940)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- GÉLIS, J. A individualização da criança. In: **História da vida privada**. São Paulo: \_\_\_\_\_, vol. 3, 1990.
- KFOURI, Nadir Gouvêa. **Em torno dos problemas do asilo para menores**. In Serviço Social. São Paulo: 1940, nº 14
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A política do pré-escolar no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Lúcia, 1993.
- KUHLMANN Jr, Moysés. **Educação pré-escolar no Brasil (1899 – 1922)**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- KUHLMANN Jr., Moysés e FERNANDES, Rogério. "Sobre a história da infância" (p 15-33) in FARIA Filho, Luciano Mendes (org) **"A infância e sua**

*educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)”*

Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In: Freitas. M. (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOUTINHO, M. *A creche*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PRIORE, Mary del (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitário Santa Lúcia, 1993.

SPITZ, René A. Hospitalism: an inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood. In: *Serviço Social*. São Paulo: 1940, nº 11.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

\_\_\_\_\_. Maternidade Negada. In: PRIORE, Mary Del (org) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

ZIBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Dois pontos, 1979.

<http://www.ced.ufsc.br>

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>

